

## APRESENTAÇÃO

*A criação voluntária de um estado de emergência permanente (ainda que, eventualmente, não declarado no sentido técnico) tornou-se uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos (AGAMBEN, 2004, p. 13).*

O dossiê da presente edição da *Revista Raído* propõe um tema pungente e atual: as relações entre Literatura e estado de exceção. Poderíamos convocar vários acontecimentos contemporâneos, no Brasil e no mundo, para justificar a pertinência desse tema no presente contexto, mas deixemos que os textos elencados aqui nos permitam essa iluminação histórica sobre o presente. Já de início, porém, gostaríamos de destacar que a maioria deles trata do Regime Militar brasileiro (1964-1985), seja como contexto de escrita, seja como temática do *corpus* selecionado. Nesse sentido, a citação de Agamben que abre esta apresentação pode nos elucidar sobre um dos motivos que corroboram para essa recorrência temática: após os declarados estados de exceção que vigoraram no século XX em vários países da América Latina e do mundo, restou-nos hoje um permanente estado de exceção, com práticas de exclusão de parcelas inteiras da sociedade, de eliminação de inimigos, da sensação permanente de insegurança e de uma suposta necessidade de intervenção das forças estatais. Voltar o olhar para esse passado recente é tentar compreender o nosso presente.

A construção do imaginário que permite a instauração do estado de exceção é da mesma ordem simbólica de que se alimenta a literatura. Nas palavras de Jacques Rancière (2009, p. 26) “as artes nunca emprestam às manobras de dominação ou de emancipação mais do que lhes podem emprestar, ou seja, muito simplesmente, o que têm em comum com elas: posições e movimentos dos corpos, funções da palavra, repartições do visível e do invisível”. O que veremos no presente dossiê são diferentes formas de lidar com essas relações entre a literatura e seus aspectos constitutivos e a política e suas manifestações de estado de exceção. Passemos, então, por uma breve apresentação dos textos que compõem este volume.

Os dois primeiros textos trazem o foco para mulheres que produziram sua obra durante o período da Ditadura Militar brasileira, cuja fama, porém, não se liga a uma literatura de resistência. Em “Que estas páginas simbolizem uma passeata de rapazes e moças’: sobre crônicas clariceanas produzidas do período da Ditadura Militar no Brasil”, Joyce Alves aborda algumas crônicas publicadas por Clarice Lispector no *Jornal do Brasil*, entre 1967 e 1973. Se Clarice mesmo insiste em afirmar que sua literatura “não altera em nada” a realidade, vemos, contudo, nessa análise de Joyce Alves, evidenciar-se um desejo da cronista de tomar parte no que acontecia nas ruas cariocas, de fazer de seus textos uma espécie de “passeata”, um “manifesto”. Nas crônicas destacadas nesse artigo se aguça a imagem de uma Clarice engajada em relação à temática da fome – de comida e de saber. No segundo texto, “Dramaturgia feminina nos tempos de repressão: Hilda Hilst”, Johnny dos Santos Lima e Alexandra Santos Pinheiro tratam da dramaturgia de Hilda Hilst, produzida toda ela entre os anos de 1967 e 1969 – período mais duro do Regime Militar, às voltas da proclamação do Ato Institucional nº 5, em

1968. O artigo parte do pressuposto de que escrever teatro sob a ditadura, sobretudo sendo uma mulher, já é em si um ato de resistência. Além disso, porém, convida o leitor a olhar para esses textos de Hilst – vista sempre como uma poeta mais existencialista – buscando ali uma literatura de resistência – micropolítica, diríamos – que foge aos padrões engajados da época.

O terceiro texto, “Bichas inauguram a utopia: resistência homoerótica na literatura lampiônica”, também nos convida a olhar para uma resistência de minoria, com a literatura guei publicada no jornal *Lampião da Esquina* (o termo abrigado é proposta dos editores do jornal), em 1978. A principal contribuição do artigo é realizar uma análise arguta a respeito da resistência aberta realizada por uma sexualidade marginalizada e oprimida. Ricardo Afonso-Rocha e André Luís Mitidieri entendem a ditadura brasileira não apenas como militar, mas como “cis-hétero-militar”, ou seja, com um projeto de normalização que passa pelos corpos e pela sexualidade. Nesse sentido, a coluna literária do jornal guei *Lampião* é vista como um espaço de visibilidade para aqueles que o regime político desejava excluir.

O quarto texto que compõe o dossiê pode parecer, à primeira vista, inusitado. “Uma especulação do homem ‘médio’: isentar, aderir ou resistir?” apresenta uma análise de quatro textos da chamada “primeira onda” da Ficção Científica brasileira, escritos entre 1964 e 1985. Embora tenha sido muitas vezes acusada de “escapista”, a ficção científica, como nos mostram Vítor Castelões Gama e Ramiro Giroldo, pode oferecer uma via de leitura crítica da nossa realidade. O artigo analisa três contos e um romance escritos durante o período ditatorial, questionando, a cada texto, como os personagens – entendidos como “homens médios” – reagem à interrupção abrupta, pela instauração de um regime totalitário e violento, de seus contextos familiares. Durante um período de censura e violência estatal, os autores do *corpus* selecionado nesse artigo buscam especular sobre o futuro da humanidade, em um exercício que Gama e Giroldo entendem como político – a despeito do que poderíamos pensar sobre a ficção científica –, mas não engajado, no sentido estrito do termo.

O quinto e o sexto artigos já começam a propor um exercício comparativo, analisando obras produzidas sob o Regime Militar juntamente com obras produzidas após o processo de redemocratização. No artigo “O fazer resistência na literatura: um mover-se dissidente por ‘lampejos de esperança’”, Fernanda Santos de Oliveira propõe uma leitura dos poemas “Agora não se fala mais”, de Torquato Neto, “Da resistência”, de Lara de Lemos, e das composições “Cálice”, de Gilberto Gil e da versão de Criolo. Em todos os textos elencados no artigo, vemos um trabalho de resistência que passa pela linguagem, pela possibilidade da palavra como arma de luta contra um regime que tenta silenciar qualquer oposição. Os três primeiros textos analisados tratam do Regime Militar brasileiro, sendo que o de Lara de Lemos já faz um trabalho de inventário, em 1997. Já a composição de Criolo propõe, por meio da paródia, a possibilidade de ver, no presente (a letra é de 2013), a permanência de mecanismos de silenciamento e opressão. Já o texto “Denúncia e resistência na literatura brasileira: representações verossímeis da tortura” faz uma análise de dois romances publicados sob a ditadura (*Em câmara lenta*, de Renato Tapajós, de 1977, *Batismo de Sangue*, de Frei Betto, de 1982) e dois romances publicados em 2015 (*Volto semana que vem*, de Maria Pila, e *Ainda estou aqui*, de Marcelo Rubens Paiva). Tendo em vista a publicação do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade no ano de 2014, Cleber José de Oliveira enfatiza

o caráter verossímil dessas representações literárias, chamando a atenção para as descrições minuciosas, no caso do primeiro romance, por exemplo, e para o tom mais alusivo e metonímico nos dois últimos romances. A análise permite ao leitor fazer uma leitura comparativa com relação à representação da tortura em um momento de denúncia, até a década de 1980, e em um momento em que já se trata de uma memória.

O sétimo e o oitavo textos apresentam em seu *corpus* obras publicadas já em um Brasil democrático. “Entre a vontade de esquecer e a necessidade de lembrar: as memórias de Flávio Tavares” e “Sobre como não ir embora: Memória e metanarrativa em *Ainda estou aqui*, de Marcelo Rubens Paiva” tratam, respectivamente, do livro *Memórias do esquecimento* (1999) e *Ainda estou aqui* (2015). Ambos os *corpus* podem ser enquadrados numa classificação genérica de “escritas da verdade”, desse tipo de textos literários que, após um momento traumático, tenta dar conta da realidade histórica por uma escrita que, de diferentes formas, se aproxima do fátual. Tanto Flavieli Arguelho Vilarba e Paulo Bungart Neto quanto Luís Fernando Prado Telles e Maricelma da Silva problematizam, em seus artigos, as classificações desse tipo de escrita autobiográfica, tão cara à literatura contemporânea, e que transita entre relatos pessoais e memória coletiva, no caso das memórias de Flávio Tavares, e entre discurso e narração, narrativa e comentário metanarrativo, no caso do romance de Rubens Paiva. Esses dois textos encerram o primeiro e mais extenso bloco de artigos deste dossiê, sobre a Ditadura Militar Brasileira.

O segundo bloco é composto por dois artigos que nos aproximam do conceito de “vida nua” conforme o entendimento de Giorgio Agamben. Em “Entre o humano e o ferino nos espaços de exceção: a *Passagem dos inocentes*, de Dalcídio Jurandir”, vemos, na análise feita por Viviane Dantas Moraes da escrita de Jurandir (especialmente do romance publicado em 1963), como a região Amazônica brasileira, em suas facetas rurais ou urbanas, materializa espaço de abandono completo por parte do Estado. Esse tipo de espaço constitui-se como permanente estado de exceção, em que a vida humana está sempre vulnerabilizada, em uma existência próxima à do animal, à vida não política. Em “A saga das ‘vidas nuas’ em *O mundo à solta*, de Felipe Fortuna: um estado de exceção permanente”, vemos esse mesmo tipo de retrato da exclusão, agora em poemas do carioca Felipe Fortuna, analisados por Luzimara de Souza Cordeiro e Elizabete Gerlânia Caron Sandrini. Ambos os artigos deste bloco, portanto, trabalham com obras que reconstróem em sua estrutura literária uma realidade brasileira que permanece latente na contemporaneidade: a dessas vidas esvaziadas de direito, essas vidas nuas, cuja existência não tem importância e que, portanto, podem ser eliminadas sem maiores consequências jurídicas. É a permanência do estado de exceção no estado de direito.

O terceiro e último bloco é composto por dois artigos que tratam da Literatura Portuguesa. Em “(Des)civilização e barbárie na guerra colonial em Moçambique: uma análise do personagem Luís Alex de *A costa dos murmúrios* de Lídia Jorge”, Adriano Carlos Moura e Ana Beatriz Rodrigues Gonçalves propõem-se a utilizar da metodologia do “estudo de caso” para analisar o personagem ficcional Luís Alex, um soldado português atuante na guerra colonial moçambicana, visto pelo olhar da narradora Evita/Eva Lopo, sua noiva. No artigo, vemos desenvolvida a hipótese de que o ser humano guarda em si outras possibilidades identitárias que escapam aos processos racionais e que, em contextos extremos, vêm à tona. No caso, a guerra colonial, sob o pretexto de civilizar

os bárbaros, é o gatilho que desencadeia os processos de bestialização do colonizador – representado pela figura de Luís Alex no romance de Lídia Jorge.

O último artigo do dossiê, “*A máquina de Joseph Walser*, de Gonçalo M. Tavares e a modalização do vazio”, também trata do processo de desumanização do ser humano, que desta vez aproxima-se da estrutura mecânica e técnica de uma máquina. Nesse artigo, Ibrahim Alisson Yamakawa trabalha com a noção de vazio, de esvaziamento, para refletir sobre os desdobramentos extremos da relação homem-máquina, em que, buscando completar as ausências da máquina, o homem anula-se a si mesmo, tornando-se mais uma peça da engrenagem. Aqui, aproximamo-nos de um sentido amplo do estado de exceção, em que estamos todos submersos, posto que oprimidos por uma violência constante que nos impele a nos integrar à engrenagem do sistema (e, portanto, nos anular) ou ser suprimidos por ela.

Por esse breve panorama apresentado aqui, já podemos perceber que diversas são as possibilidades de relações entre Literatura e estado de exceção; não apenas uma literatura abertamente engajada ou memorialística, mas um amplo escopo das produções ficcionais contemporâneas repousa sobre essa reflexão. Se, como afirma Agamben, o estado de exceção tem se tornado cada vez mais presente em nossas sociedades e em todas as formas de governo, vemos neste dossiê que a Literatura pode nos apontar possibilidades críticas e alternativas simbólicas de resistência.

Flávia Almeida Vieira Resende<sup>1</sup>  
Co-editora deste volume

<sup>1</sup>Doutora em Estudos Literários pela UFMG (2017), com pós-doutorado realizado na área de Literatura e Estudos Culturais na UFGD (2017-2019)